

Linda Ell

Seplan convencida de que a renegociação tem de ser mais ampla

por Celso Pinto
de Brasília

Há uma crescente convicção entre assessores do ministro do Planejamento, Delfim Netto, de que será necessário ao Brasil fazer uma ampla renegociação de sua dívida externa, mas só depois de assinado um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional e de o País ter algum resultado positivo a apresentar. Antes disso, a única outra opção seria uma moratória unilateral e seu custo, supõe o governo, acabaria sendo maior do que o da recessão embutida no acerto com o Fundo.

A idéia central da renegociação não é muito diferente das várias propostas hoje colocadas na mesa, inclusive pela oposição. Em lugar de pedir aos bancos internacionais apenas o suficiente para sobreviver no próximo ano, no limite de suas necessidades de caixa, o Brasil deveria negociar um amplo reescalamento de prazos para o serviço de sua dívida, se possível para os próximos anos. Seria um processo que teria de ter algum apoio de governos de países desenvolvidos.

No entanto, as semelhanças desta colocação com o que quer a oposição e alguns setores do próprio partido do governo terminam aí. No raciocínio da área econômica, uma renegociação deste tipo não eliminaria a necessidade de assinar, e cumprir, um acordo extremamente austero com o FMI para 1984. Em outros termos, não substituiria a recessão econômica, ainda que pudesse, de alguma forma, atenuá-la.

tores industriais modernos. Além disso, a efetivação do racionamento de petróleo configuraria um quadro socialmente tão delicado que colocaria em risco a própria persistência da abertura política.

A única opção, portanto, seria a aceitação do programa de ajustamento do FMI, seu cumprimento fiel, e uma posterior negociação com os bancos internacionais de termos mais favoráveis de escalonamento da dívida externa. Não há ilusões sobre a dureza deste programa, mas parte-se do pressuposto de que ele seria um caminho mais consistente para preservação do parque industrial brasileiro.

O ponto de partida no raciocínio da Seplan é que, se o custo do ajustamento recair sobre o setor público, o ônus para o setor privado não será tão grande. Há um fato: o País deixou de contar com um volume de poupança externa equivalente a 2 ou 3% de seu PIB. Não há como repor este fluxo, portanto, a decisão central é decidir quem vai pagar a conta.

A suposição da área econômica é que, à medida que o setor público deixar de pressionar o crédito, os juros cairão e alguma atividade privada acabará sendo estimulada. Perdem-se empregos no setor público, mas outros são gerados e pulverizados nas empresas privadas. Passado o período de ajustamento, haveria espaço mais ordenado para o crescimento.

OS CRITICOS

Os críticos do governo que defendem uma moratória imediata, com o não cumprimento do acordo co-

ESPAÇO ESGOTADO

Dentro desta perspectiva, não haveria qualquer outra alternativa intermediária. O Brasil esgotou seu espaço externo de negociação, tanto pelo esvaziamento de seu caixa quanto pela perda de credibilidade, por não ter cumprido praticamente nada do que se comprometeu. Isto ficou claro quando o Brasil teve de aceitar a alteração na política salarial, e foi sublinhado pela necessidade recente de instituir o monopólio estatal do câmbio.

O País sofre, hoje, algumas das piores agruras de uma moratória, sem sua única vantagem, a de determinar aos credores quando e como pagará sua dívida.

RISCO A ABERTURA

Então, por que não declarar formalmente a moratória e desfrutar de seus benefícios? A resposta que se encontra na Seplan é que a situação ficaria ainda mais dramática, caso o Brasil optasse por uma moratória unilateral. Hoje é difícil importar insumos, mas uma moratória, alega-se, estancaria este fluxo, ao menos durante algum tempo, colocando em risco a sobrevivência de vários se-

mo FMI, partem de pressupostos opostos. O País já acumulou três anos de recessão econômica, com redução do PIB per capita, e está no limiar de suas resistências. Se o programa do Fundo, extremamente duro, for levado a sério, corre-se o risco de um colapso não só econômico como também social. Neste caso, tanto quanto no da moratória formal, a abertura política estaria igualmente ameaçada, assim como a preservação do parque industrial Nacional. Como o risco é extremo e o porte da dívida brasileira vital para a preservação do sistema financeiro internacional, seria incontornável uma renegociação ampla e imediata.

A expectativa de parte da oposição, e particularmente do PMDB, com seu projeto econômico de autoria do professor Celso Furtado, é de que o governo seja empurrado a uma renegociação externa inevitável e acabe aceitando negociar com a oposição o rescaldo interno necessário. Mas esta não é, ao menos, por enquanto, a hipótese vigente nos setores mais importantes da área econômica governamental.